

**ECOTURISMO, PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AS POSSIBILIDADES DO TURISMO
RURAL NO SANA (MACAÉ-RJ)**

ECOTOURISM, AGRICULTURAL PRODUCTION AND THE POSSIBILITIES OF
RURAL TOURISM IN SANA (MACAÉ-RJ)

ECOTURISMO, PRODUCCIÓN AGRÍCOLA Y POSIBILIDADES DEL TURISMO
RURAL EN SANA (MACAÉ-RJ)

Nelson Jose Zampier Bonin¹

Resumo

As práticas de ecoturismo e o turismo rural, quando bem articuladas podem servir como alternativa de desenvolvimento econômico e social para uma região, além de promover a conservação de seu patrimônio histórico, ambiental e cultural. O trabalho teve como recorte o distrito do Sana, no município de Macaé-RJ. O distrito foi transformado em Área de Preservação Ambiental (APA) em 2001 e por isso segue orientações da legislação ambiental a respeito do uso do solo, o que criou possibilidades para muitos, como do ramo ecoturístico, porém o mesmo não aconteceu com a produção rural, que era a característica do distrito e perdeu espaço. O objetivo do trabalho é analisar a área sob a ótica do ecoturismo e turismo rural, conciliando a preservação e produção rural. Na metodologia, foi realizado um levantamento bibliográfico, visita a campo, com entrevistas não estruturadas com dez pessoas da localidade e análise das potencialidades turísticas. A partir das pesquisas e tabulação dos dados, obteve-se resultados parciais, acreditando-se que o ecoturismo pode coexistir com o turismo rural no distrito e ser mais uma alternativa para renda no Sana.

Palavras-chave: ecoturismo, turismo rural, pluriatividade.

Abstract

Ecotourism practices and rural tourism, when well articulated, can serve as an alternative for economic and social development for a region, in addition to promoting the conservation of its historical, environmental and cultural heritage. The work was carried out in the Sana district, in the municipality of Macaé-RJ. The district was transformed into an Environmental Preservation Area (APA) in 2001 and therefore follows the guidelines of the environmental legislation regarding land use, which created possibilities for many, such as ecotourism, but the same did not happen with rural production, which was the characteristic of the district and lost space. The objective of the work is to analyze the area from the perspective of ecotourism and rural tourism, reconciling preservation and rural production. In the methodology, a bibliographic survey, field visit, with unstructured interviews with ten people from the locality and analysis of the tourist potential were carried out. From the research and tabulation of the

¹ Mestre em Geografia. Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ. E-mail: nelsonzampier@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0515318318797749>. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-7114-0516>.

data, partial results were obtained, believing that ecotourism can coexist with rural tourism in the district and be another alternative for income in Sana.

Keywords: ecotourism, rural tourism, pluriactivity.

Resumen

Las prácticas de ecoturismo y el turismo rural, cuando están bien articuladas, pueden servir como una alternativa para el desarrollo económico y social de una región, además de promover la conservación de su patrimonio histórico, ambiental y cultural. El trabajo se llevó a cabo en el distrito de Sana, en el municipio de Macaé-RJ. El distrito se transformó en un Área de Preservación Ambiental (APA) en 2001 y, por lo tanto, sigue las pautas de la legislación ambiental con respecto al uso de la tierra, lo que creó posibilidades para muchos, como el ecoturismo, pero no sucedió lo mismo con la producción rural, que era la característica del distrito y el espacio perdido. El objetivo del trabajo es analizar el área desde la perspectiva del ecoturismo y el turismo rural, conciliando la preservación y la producción rural. En la metodología, se realizó una encuesta bibliográfica, visita de campo, con entrevistas no estructuradas a diez personas de la localidad y análisis del potencial turístico. A partir de la investigación y la tabulación de los datos, se obtuvieron resultados parciales, creyendo que el ecoturismo puede coexistir con el turismo rural en el distrito y ser otra alternativa de ingresos en Sana.

Palabras clave: ecoturismo, turismo rural, pluriactividad.

Introdução

Analisamos o turismo como atividade complementar da renda na serra macaense, com intenção de destacar a potencialidade turística do distrito do Sana na Região Serrana de Macaé, especialmente em relação ao ecoturismo e turismo rural, juntamente com a produção de alimentos.

Devido à localização da base operacional da Petrobrás na cidade e ao conjunto de empresas *offshore*, existe grande movimentação de executivos e trabalhadores em geral. Rica em recursos naturais, Macaé está em uma situação geográfica privilegiada, abrigando serra e litoral dentro dos seus limites, o que atrai cada vez mais adeptos de esportes de aventura, ecoturistas e outros.

O município, para preservar suas riquezas naturais, criou cinco Áreas de Proteção Ambiental, além de possuir Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e duas Unidades de Conservação Federais, além de APPs (Área de Preservação Permanente) definidas por leis estaduais e federais.

No passado, a Serra Macaense produzia café nas encostas e arroz nas várzeas. Com a modernização da agricultura, o êxodo rural foi intenso, tanto para os distritos como para a Sede do município. Com a chegada da Petrobrás em 1978, as transformações intensificaram-se; a terra valorizou, a mão de obra encareceu, e as pessoas queriam trabalhar nas empresas *offshore*;

mesmo com pouco estudo, procuram e muitas vezes encontram trabalho de auxiliar de serviços gerais, cozinheiro ou outro tipo de serviço mais pesado. Então, muitos trabalhadores, apesar de viverem nos distritos, ou na própria zona rural, preferem trabalhar embarcado ou complementar a renda prestando serviços como pedreiro, jardineiro, pequenos comércios, motorista e outros.

Com a riqueza do Petróleo, o litoral ficou “inchado” em termos empresariais e populacionais, tornando a Serra um caminho para a diversão, paz, encontro com a família e amigos. O turismo chega como oportunidade de complementar a defasada renda proveniente do campo. As práticas de ecoturismo e turismo rural, quando bem articuladas podem servir como alternativa de desenvolvimento econômico e social para uma região e também promover a conservação de seu patrimônio histórico, ambiental e cultural. O trabalho teve como recorte o distrito do Sana, no município de Macaé-RJ. Foi transformado em APA em 2001, e por isso segue orientações da Legislação Ambiental a respeito do uso do solo, o que criou possibilidades para o ramo ecoturístico e não estimulou a produção rural, que era a característica do distrito. Foi realizado um levantamento bibliográfico, além de trabalho de campo com entrevista não estruturada e análise das potencialidades turísticas. Acredita-se que o ecoturismo pode coexistir com o turismo rural no distrito e ser mais uma alternativa para a renda no Sana.

Considerações sobre Ecoturismo e Turismo Rural

De acordo com Benevides (2000), que procurou discutir a diferenciação entre turismo rural e turismo ecológico, há uma confusão conceitual entre as duas modalidades de turismo. As duas modalidades são praticadas em espaço rural, a princípio, e também pela possibilidade de uma delas utilizar, em suas práticas, serviços e equipamentos pertencentes à outra modalidade, ou seja, o turismo ecológico pode utilizar elementos do turismo rural e vice-versa. Benevides (2000) propõe que a diferenciação seja estabelecida a partir do atrativo principal ofertado pela modalidade turística, seja o produto ecológico ou rural. Nesta perspectiva, temos no turismo ecológico a natureza como principal atrativo, ou no aspecto mais econômico, o produto central da modalidade, associando o contato do homem com a natureza. Porém, esse contato é através da transferência de equipamentos urbanos para a localidade, o que não propicia uma forte relação com a sociedade local, ou até certo ponto um isolamento do turista.

Segundo Irving (2008), o ecoturismo resulta em uma proposta de mercado, em que a natureza se transforma em *commodity* para atender aos ideários dos imaginários urbanos, ou seja, uma ideia de paraíso, que muitas vezes transformam e ressignificam os recursos renováveis em sonhos de consumo.

O ecoturismo no Brasil tem sido desenvolvido, em grande parte, nas Unidades de Conservação, onde os problemas de planejamento, manejo e gestão são evidentes (COSTA, 2008). Ainda de acordo com Costa (2008), os recursos naturais existentes nessas paisagens são, em geral, pouco conhecidos. Dificilmente as áreas protegidas usam sua total potencialidade, e por isso é importante, no planejamento turístico, fazer o levantamento das potencialidades, até mesmo devido à colaboração através de estudos científicos sobre impactos ambientais em determinados locais. No texto de Costa (2008), ela trabalha o exemplo do ecoturismo em Ibitipoca, cujo principal atrativo são as cachoeiras, mas o geocoturismo também é forte atrativo, com as grutas e outras formações; além da fauna e flora exuberantes. Também no texto de Irving (2008) sobre turismo em áreas protegidas, ela levanta a questão de que o desafio é conhecer o turista, o planejamento do território tem que incluir o sujeito, e que ele seja ativo na conservação. Por isso é importante estudos sobre o perfil do turista. Já de acordo com Neiman (2008), a educação ambiental através do contato com a natureza, enraíza a ideia de preservar, segundo a autora, muita teoria na hora de observar a natureza pode atrapalhar, é preciso vivenciar, dar exemplos concretos através da afetividade. Assim, o exemplo de sustentabilidade poderá ser mais bem entendido.

No turismo rural, observa-se uma valorização maior da comunidade local, englobando seu modo de vida, seus costumes e valores. Nesta modalidade a natureza também é importante, mas é vista como atrativo secundário na constituição da paisagem.

A partir da década de 1960 ocorre um processo intenso de urbanização no Brasil, sendo responsável pelo inchaço de muitas cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar de nestas cidades encontrarmos um enorme aparato de serviços, por outro lado também encontramos muitos problemas no trânsito, violência, poluição; além do alto custo de vida (NATAL, 2008). A perda da qualidade de vida nas grandes cidades trouxe uma nova visão dos habitantes urbanos sobre o espaço rural. O rural representa liberdade, pois há paisagens, belezas naturais e produzidas, que simbolizam um ambiente saudável, possível de ser aproveitado, multiplicando atividades como o turismo rural, pesque-pague, rodeios etc.

Na Europa, o turismo rural é visto como alternativa para reerguer áreas rurais em declínio, e frear a migração rural-urbana. O surgimento de atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro tem sido objeto de estudo de muitos autores, entre eles Graziano da Silva (1999), que fala de um transbordamento das cidades para as áreas rurais. No entanto, Rua (2006) diz que o rural sobrevive, e caracteriza o processo como urbanidades no rural. A crise na agricultura foi responsável pelo aparecimento de uma nova forma de ocupação e renda não-agrícola, na

qual se inserem várias atividades como o lazer, turismo, moradia, serviços, etc. Com essas transformações surge outro ator social: as famílias pluriativas, ou seja, pessoas que trabalham com atividades agrícolas e complementam a renda com atividades não agrícolas.

[...] podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através dos quais membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos e das famílias (SCHNEIDER, 2003, p.91-92).

Schneider (2003) procura não mitificar a pluriatividade enquanto solução para todos os problemas enfrentados no campo, mas como possibilidade alternativa para os agricultores e suas famílias obterem novas formas de emprego, aumentar a renda, garantindo, assim, maior estabilidade no meio rural.

Ribeiro e Marafon (2006) entendem a pluriatividade como um novo ensaio para o Brasil, sendo uma alternativa de renda para os pequenos produtores da agricultura familiar, mostrando a multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural. A respeito do turismo rural, Ribeiro e Marafon (2006) chamam a atenção para o ponto de equilíbrio entre os fatores positivos e os negativos (excesso de turistas, ruídos); no entanto o turismo rural, como ponto positivo, além da renda, poderá incrementar mais frutos se estiver voltado para a valorização do homem do campo, respeitando sua história, cultura, seu modo de vida, além da conservação da natureza.

Área de Proteção Ambiental do Sana

A Área de Proteção Ambiental do Sana foi instituída pela Lei nº 2.172/01, abrangendo a área do 6º distrito do município de Macaé, o que totaliza uma área de 11.802 hectares. É uma região rica em belezas naturais, que apresenta vegetação típica da Mata Atlântica, cujos recursos são de importância hídrica ímpar para a região MARINHO (2011).

O distrito do Sana foi criado oficialmente pelo poder público municipal de Macaé em 1902. As primeiras formas de ocupação efetiva do território que compreende a APA do Sana se relacionam à produção agrícola (MARINHO, 2011). Em meados do século XX, imigrantes, especialmente de origem suíça se instalaram na área referente à APA, com o intuito de cultivar o café. Portanto, ainda no século XX, a produção cafeeira foi predominante, tendo

compreendido um período de desenvolvimento econômico local, embora tenha colaborado para a degradação dos recursos naturais daquela área. Entre 1910 e 1929, o distrito viveu o seu apogeu, e teve fim com a grande depressão de 1929 e o conseqüente processo de desvalorização do café no país. Após a crise inicial, houve um grande êxodo populacional de trabalhadores na produção e cultivo do café, e que procuraram novos meios de subsistência. Algumas pessoas optaram por permanecer na região e continuaram desenvolvendo atividade agrícola, embora tendo como objetivo o cultivo de bananas em pequena produção, outras pessoas começaram a desenvolver atividade pecuária nos solos já esgotados pelo plantio do café.

O processo de desvalorização do café culminou com a extinção do seu cultivo em escala comercial na localidade no início da década de 1960, e durante quase trinta anos o distrito viveu um período de isolamento em relação às cidades próximas, devido à crescente falta de transportes e precariedade de suas vias de acesso. Grande parte do comércio local fechou as portas, como padarias, farmácias, mercados e prestação de serviços deixaram de existir na localidade. Apenas no final dos anos 1980 houve a intensificação do turismo. O espaço temporal de isolamento teve um papel importante para a região uma vez que a degradação dos recursos naturais devido à produção cafeeira cessou, ocasionando regeneração natural de boa parte da área do distrito. Houve a diminuição do isolamento já no início da década de 1980 com a chegada de novos moradores de origem urbana, atraídos pelas belezas naturais, e com um perfil preservacionista (GASPAR, 2008).

Houve alguns investimentos importantes no distrito, como a construção de estrada que facilitou o transporte, assim como a chegada da luz elétrica no ano de 1986. Com isso, o distrito passou a ser mais bem divulgado, seja através das pessoas que o conheceram, ou por meio da mídia da época. Também ocorreu a atração de pessoas que buscavam conhecer o distrito, dando início à atividade turística. Começaram a desenvolver no Sana trabalhos para aumentar o turismo na região, tais como campings, pensões, hotéis, restaurantes e bares. Alguns moradores e frequentadores do distrito iniciaram um movimento ambiental voluntário, na tentativa de regulamentar as visitas ao distrito, especialmente na área das cachoeiras, conhecida como Vale do Peito do Pombo. Inicialmente esse movimento ambiental desenvolvia atividades de coleta de lixo e de educação ambiental, capacitando grupos de monitores a fim de instruir os turistas nas visitas às trilhas. O movimento tornou-se mais forte, dando origem em 1995 a uma organização não governamental, a ONG Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente (GDEPS).

Mesmo sem grandes investimentos públicos em alternativas de trabalho e renda para a população local desde a criação da APA, o turismo vem representando uma opção financeira para quem reside no distrito e não é produtor rural. O investimento privado no local tem relações diretas com o turismo, como a construção de novas pousadas, restaurantes e bares.

A partir dos membros da ONG Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente, surgiu a ideia de criação de um espaço protegido, em parceria com o Poder Público. O grupo foi expandindo suas preocupações ambientalistas, como o problema do saneamento, iniciando um levantamento da situação das fossas e sumidouros das habitações; especulação imobiliária, como loteamentos irregulares. Com isso, tomou força a ideia de criar uma área protegida ou um parque, no vale onde estão situadas as principais cachoeiras. Foram realizados vários encontros entre ambientalistas e órgãos governamentais, e no ano de 2001, a Prefeitura Municipal de Macaé criou, através da Lei nº 2.172/2001 a Área de Proteção Ambiental do Sana, abrangendo todo o distrito (GASPAR, 2008).

Nos termos do Art. 2º da referida lei (MACAÉ, 2001):

Art. 2º - A Área de Proteção Ambiental – APA do Sana, é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável dos Recursos Ambientais, a qual se destina a proteger, conservar e melhorar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, disciplinar, orientar e ordenar o processo de ocupação, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e visitante, e também objetivando a proteção dos ecossistemas representativos na Região.

O órgão responsável pela Unidade de Conservação é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), a qual incumbe as atribuições de “supervisionar, administrar e fiscalizar a Área de Proteção Ambiental do Sana, a qual deverão respaldar-se na parceria com as demais Secretarias, Empresas, Fundações e Autarquias Municipais conforme as atribuições específicas de cada uma” (MACAÉ, 2001).

A população residente na APA tem um papel fundamental na implantação, manutenção e gestão dessa modalidade de Unidade de Conservação, uma vez que é a população que está em contato direto com a área protegida, sendo, portanto, elemento essencial para uma melhoria de gestão da unidade.

Em 2003 foi aprovado o Plano de Manejo da APA do Sana, sendo financiado através de recursos da Usina Termelétrica Norte Fluminense (UTE Norte Fluminense) provenientes de medidas de compensação ambiental, sendo a execução do plano delegada pelo Poder Público Municipal à ONG Viva Rio.

Os produtores rurais reclamam como principal entrave para o desenvolvimento das suas atividades, a presença fortemente fiscalizadora e repressora de órgãos como a Secretaria de Meio Ambiente, e pouco incentivadora por parte da prefeitura e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RJ) para criação de oportunidades para os jovens continuarem no campo, e em geral que o Estado contribua para ensinar a população rural local a partir de práticas mais sustentáveis.

O Turismo no Sana, possibilidades e desafios

Devido à riqueza natural, o Sana tem o ecoturismo e o turismo de aventura como principal fonte de renda (PAES, 2011). Muitas pousadas são administradas pelos neo-rurais (pessoas do campo que foram para cidade, e depois retornaram), todos com suas referências urbanas, mas que procuram a tranquilidade do ambiente rural ainda guardado em suas memórias, porém com a noção das novas transformações capitalistas (MEDEIROS, 2017, p. 187). A população local, em geral, ganha com o turismo, alugando casas, vendendo lotes, movimentando o comércio, como padarias, bares, restaurantes, inclusive caseiros, onde parte da produção rural é consumida. Muitos produtos artesanais (queijos, doces, manufaturas) são vendidos na feira do SANA, potencializando a renda de várias famílias. Percebe-se, então, que o turismo em áreas rurais gera renda direta ou indireta aos produtores do distrito.

O *trekking* (Fig.1) é praticado em dois lugares do SANA, o primeiro é no vale do Peito do Pombo, partindo do Arraial do Sana até o Peito do pombo, 1300m, com duração aproximada de 4 horas (PAES, 2011). O passeio é belíssimo, passando por cachoeiras, trilhas dentro da APA, etc. Durante o percurso é possível aproveitar a exuberante biodiversidade da APA e, nos pontos mais elevados, avistar a bela paisagem.

Figura 1 - Trilha dentro da APA do Sana.



Fonte: Desema, 2014

O *rafting* (Fig.2) e a canoagem são praticados na Barra do Sana, entre os rios Sana e Macaé, aproveitando as corredeiras com o desnível e maior volume d'água.

Figura 2 - Rafting

Fonte: Desema, 2014

No trabalho de campo realizado nesse distrito, seguimos o percurso da estrada Frade - Sana, com aproximadamente 21 km não pavimentados. Em entrevista não estruturada, com um grupo de 10 moradores do distrito, foi constatada falta de integração com a Sede Macaé e com os outros distritos da serra. O Sana está aproximadamente a 6 km da rodovia Serra - Mar, que liga Casimiro de Abreu a Friburgo, com pavimentação asfáltica, dista 16 km de Casimiro de Abreu e a mais de 70 km do centro do distrito sede de Macaé. Essa falta de integração é preocupante para o município, sendo que a população procura mais os municípios vizinhos para fazer compras em geral. Uma parcela da população é favorável ao asfaltamento do trecho entre Sana e Frade, mas outra parcela da população é contra, pois, segundo eles, haveria uma intensa urbanização e futura favelização. O crescimento urbano já ocorre na localidade ao longo da estrada. Em novembro de 2014, a Prefeitura de Macaé aprovou, junto à comunidade, o projeto de asfaltamento da estrada, que seria concluída em aproximadamente 18 meses, porém não aconteceu. Certamente o fluxo de pessoas aumentaria significativamente, e o planejamento ambiental teria que ser intensificado.

O Sana, segundo o planejamento da Prefeitura de Macaé, tem como característica econômica principal o ecoturismo, atraindo moradores principalmente do centro urbano de Macaé. A população do distrito variou bastante a partir da crise econômica (Quadro 1).

Quadro 1 - População residente no distrito do Sana

1922	1950	1991	2000	2010	2014	2016	2017	2018
3.749	2.872	1.524	1.184	1.548	1.688	1.733	1.755	1.776

Fonte: IBGE, Censo e Contagem da População (1922 - 2018)

A população volta a crescer a partir da criação da APA, sendo constatado no Censo 2010. Ainda de acordo com o Censo 2010, 89, 21% do esgotamento sanitário do distrito são regulares, e 98, 17% do destino do lixo são regulares, devido à sua importância turística e biodiversidade, o que impõe maior fiscalização sobre a poluição, até por parte da própria população, mais conscientizada, diferente da realidade de outras áreas da Região Serrana de Macaé.

O turismo rural pode ser usufruído no Hotel Fazenda Bom viver (Fig.3).

Figura 3 - Hotel Fazenda



Fonte: www.hotelfazendabomviver.com.br/lazer.html

O hotel fazenda fica localizado na cabeceira do Sana, uma localidade do distrito que segue as margens do Rio Sana, sendo possível aproveitar o ecoturismo e turismo rural no espaço, porém, apesar de possuir sua fazendinha e oferecer passeios a cavalo, não existe forte identidade rural no espaço, pois ele foi montado, sendo um simulacro para o turismo. Esta relação de identidade com a produção rural é que é necessário, o turista presenciar o cotidiano rural, com produção agrícola sendo visualizada, pessoas trabalhando com os cavalos, não apenas oferecendo passeios. A renda turística deve ser parcelada com a população local, a partir da produção e comercialização, não ficando apenas com os donos das pousadas e hotéis. A produção agrícola (Quadro 2), especialmente a orgânica, e pecuária, poderia, de forma sustentável, contribuir para melhor distribuição da renda turística entre a população local.

A produção orgânica, integrante da agroecologia, tem como definição o cultivo de alimentos de forma natural, sem utilização de agrotóxicos e adubação química.

Quadro 2 - Comparação entre agricultura tradicional e agroecológica

Desvantagens ambientais da agricultura tradicional	Vantagens da utilização das práticas agroecológicas
<ul style="list-style-type: none"> • Como monocultura degrada o solo e a paisagem • O uso de agrotóxicos destrói o solo • Elimina a biodiversidade • Poluição da água • Torna o produtor dependente de muitos insumos 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilita a renovação do solo • Facilita a reciclagem de nutrientes do solo • Utilização racional dos recursos naturais • Mantém a biodiversidade • É mais saudável

Fonte: Elaboração do autor.

A produção artesanal, a partir do beneficiamento de produtos locais pode agregar valor à produção, fortalecendo também a identidade cultural, ao restabelecer formas tradicionais de produção da comunidade, como o processamento da banana-passa, doces caseiros, derivados do leite, biscoitos de aveia, farinha, peças de vestuário, objetos de decoração etc. As feirinhas locais e pousadas absorvem praticamente toda produção.

Outra opção de atividade é a apicultura, que é racionalmente correta, e pode incrementar a renda de produtores rurais. As abelhas também ajudam na polinização das florestas e na agricultura, recuperando a biodiversidade. Os produtos (mel, própolis, geleia real, cera,) têm grande aceitação pelos turistas, especialmente pelos naturalistas.

Retomando a discussão sobre a pluriatividade, Marafon (2017), diz que o campo não pode mais ser visto como sinônimo de área em que se desempenham apenas atividades agrícolas, embora estes mantenham a grande importância em sua dinâmica. Porém, a diversidade desenvolvida e de condições sociais, culturais e políticas desse espaço contribuem para analisar a complexidade de seu funcionamento. Assim, quanto melhor explorado o espaço, certamente com racionalidade, talvez menos impactos negativos sejam observados. Por exemplo, a história do Sana ficou apagada com a diminuição das antigas atividades econômicas, restando apenas ruínas (Fig. 4) de uma época áurea do café e de proprietários de belas fazendas, com seus cemitérios e capelas imponentes.

Figura 4 - Parte das ruínas do Cemitério dos Jesuítas



Fonte: <https://www.portaldosana.com.br>

Muitos estudos ainda devem ser realizados para fins de catalogação e preservação de monumentos na região, e se não acontecer, a tendência é que desapareça a memória. O levantamento das potencialidades turísticas torna-se importante por isso, para preservar, identificar e possibilitar que muitas pessoas possam usufruir dessas belezas.

Considerações Finais

Quanto maiores são as diferenças existentes entre o ambiente visitado e o do cotidiano do indivíduo, maiores são os contrastes encontrados e, portanto, mais instigantes os questionamentos (NEIMAN, 2008). A pressão e o estresse das cidades na atualidade, especialmente no estado do Rio de Janeiro, o mais urbanizado do Brasil, abre uma rota de fuga para o interior, aproveitando o contato com o ambiente menos poluído, belas paisagens naturais e o silêncio do campo. A rápida evolução econômica e demográfica de Macaé, especialmente em seu distrito sede, na década de 1970, com a chegada da Petrobrás, acabaram impulsionando o setor de petróleo e gás, porém o planejamento municipal não planeja o fim da “era petrolífera” na região, ou a continuidade ou saída da base operacional de Macaé. O maior apoio da secretaria de turismo de Macaé ao segmento é no ramo de eventos e negócios, também dependentes da cadeia petrolífera. Pouco se constrói, pela prefeitura em termos de propostas turísticas na Serra Macaense, que possui grande potencial em todos os seus distritos.

Dentre os distritos da Serra Macaense, o Sana é o que mais pratica o turismo, até com respaldo da prefeitura, sobressaindo o ecoturismo, turismo de aventura e muito ínfimo, o turismo rural. Com a criação da APA do Sana em 2001, com seu plano de manejo e zoneamento ambiental, as cachoeiras do Vale do Peito do Pombo e ao longo de seu roteiro passaram a praticar especificamente o ecoturismo, sendo proibido passeios com cavalos, turismo de aventura, sendo acordado no plano de manejo da APA para determinados locais. Na área da Barra do Sana, aproveitam-se mais o turismo de aventura nas corredeiras do rio. Como todo o distrito faz parte da APA, o turismo rural perdeu espaço ou ficou impossibilitado em muitos lugares como o roteiro do Vale do Peito do Pombo. A própria prática da agricultura e pecuária foi muito contestada na época da criação da APA, por ser o maior degradante daquele ambiente natural. O plano de manejo do Sana foi confeccionado especialmente por ambientalistas, e que vieram de fora da comunidade, portanto sem identidade, mas que se identificaram com a natureza. Só que o turista ecológico visita o local totalmente preservado ou quase, e vai embora com um ideário de que tudo é perfeito, mas não é, considerando que a partir do momento que aumenta a construção de casas, ocorre desmatamento e poluição, e a população tem que consumir alimentos. A visita do turista na área de produção rural poderia relacionar a necessidade da produção rural com sustentabilidade e a importância da preservação. A prática da agroecologia, especialmente no zoneamento ambiental agropecuário, que é extenso, poderia mudar um pouco o pensamento do ecoturista, de que tudo deverá ser preservado e não utilizado pela agricultura. Ecoturismo e turismo rural, se bem planejado, podem colaborar um com o

outro dentro de uma educação ambiental, não colocando o espaço natural apenas como preservado, mas mostrando que as pessoas consomem produtos agrícolas, e que a produção agrícola sustentável pode estimular aqueles pequenos produtores a se tornarem pluriativos e adotarem práticas agrícolas menos degradantes e até revigorantes para a natureza, como as agroecológicas. O turismo rural, aliado ao ecoturismo, além de oferecer mais renda aos pequenos produtores, pode revigorar sítios e fazendas que caíram no abandono. A Serra Macaense possui uma história, através das famílias e seus bens, cemitérios abandonados; possibilitando cavalgadas nesses locais, e com isso resgatar a identidade do local, além de preservar a memória.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balatreri (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: 2^a.ed. Hucitec, 2000.

COSTA, Nadja Maria Castilho da. Ecoturismo: abordagens e perspectivas geográficas. In: **Pelas Trilhas do Ecoturismo**. São Carlos: RIMA, 2008.

GASPAR, Natália Morais. **Relações de poder e gestão do espaço: a criação de uma área de proteção ambiental no Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Antropologia, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: agosto de 2019.

IRVING, Marta de Azevedo. Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social. In: **trilhas do ecoturismo**, São Carlos, RIMA p.3-15, 2008.

IBGE - **Censo Demográfico e Contagem da População 1922, 1950, 1991, 2000, 2010, 2014, 2016, 2017, 2018**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: dez. de 2013.

GRAZIANO da SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

MACAÉ, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Ambiente. **Lei Municipal nº 2.172, de 30 de novembro de 2001**. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA do Sana. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1355233081.pdf>>. Acesso em: 20 de Julho de 2019.

MARAFON, Glaucio José. Transformações no espaço rural fluminense: o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs). **Revisitando o Território Fluminense VI**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. 370p.

MARINHO, P. A. Unidade de **conservação ambiental de uso sustentável: Apa do Sana, um instrumento de intervenção territorial tácito?** Monografia em Licenciatura em Geografia. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. IFF, 2011. Instituto Federal Fluminense, Macaé. 2011.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios**: NEAG 10 anos p. 179-189, 2017

NATAL, Caroline Bezerra. O Mundo Rural na Vitrine. A Paisagem Serrana Fluminense como Objeto de Consumo Turístico. In: **Revisitando o Território Fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma. p.113-132, 2008.

NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo e Educação Ambiental em Unidades de Conservação: A Importância da Experiência Dirigida**. RIMA, 2008.

PAES, Isaac Luis Lyrio. **Turismo de Aventura: uma estratégia de combate à sazonalidade no município de Macaé-RJ**. Graduação em Turismo. Universidade Federal Fluminense. Quissamã, 2011, 49 p.

RUA, J. **Urbanidade no Rural: o devir de novas territorialidades. Campo – Território**: Revista de Geografia Agrária. Uberlândia, V. I, p.82-106; fev. 2006. Disponível em: < www.campoterritorio.ig.ufu.br > acesso em: 22 de Julho de 2019.

RIBEIRO, M.A.; MARAFON, G. J. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense**. Campo – Território: revista de geografia agrária; Uberlândia, V.I, n.1, p.17-60, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

Recebido em 05 de março de 2020.

Aceito em 23 de junho de 2020.

Publicado em 15 de julho de 2020.